

ORGANIZAÇÃO DE BASE, PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E NICHOS DE MERCADO: A EXPERIÊNCIA DO CAV E DOS AGRICULTORES DO ALTO JEQUITINHONHA, MINAS GERAISs

Eduardo M. Ribeiro¹

Flávia M. Galizoni²

Resumo: No Brasil tem emergido a concepção de que políticas localizadas, participadas e potencializadas pelas próprias comunidades beneficiárias, apresentam-se como alternativas mais baratas e socialmente justas. Esta idéia tem sido assumida por pesquisadores e organizações representativas dos agricultores por permitir a reflexão necessária para criar novo modelo de desenvolvimento agrícola, baseado nas características locais e a partir delas estabelece alianças locais e gerais para potencializar-se. Este artigo propõe-se a analisar, a partir de pesquisas qualitativas realizadas no alto Jequitinhonha (MG), as condições ambientais e de produção dos agricultores familiares, suas formas de organização e as alternativas que vêm construindo para enfrentar suas dificuldades. Analisa os programas de ação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), ong construída por agricultores familiares, seu método de trabalho e resultados alcançados.

Summary: In Brazil the conception has been emerging that localized politics, participated in and potentialized by the benefited communities, present themselves as cheaper and socially more just alternatives. This idea has been assumed by researchers and the farmers' representative organizations for allowing the reflection necessary to create a new model of agricultural development, based on local characteristics and starting from them it establishes local and general alliances for potentialization. This article intends to analyze, starting from qualitative research done in high Jequitinhonha (MG), the environmental conditions and the family farmers' production, their organizational forms and the alternatives that have been established in the face of difficulties. This article analyzes the programs of action of the Vicente Nica Center of Alternative Agriculture (CAV), an NGO built by family farmers, it's work method and results acheived.

I. Introdução

No Brasil, desde fins dos anos 1980, vários tópicos das políticas agrícolas, conservacionistas e da normatização ambiental foram atribuídos aos municípios. Passadas já década e meia alguns autores observam que existem

¹ Economista, professor do DAE/Universidade Federal de Lavras, MG; Caixa Postal 37, 37.200-000, Lavras, MG; tel: (35)9979.3906; aureoemr@ufla.br

² Antropóloga, doutoranda no IFCH/Unicamp, SP; Rua Sílvio Galizoni, 18. Itapira, SP; 13.970-000; fgalizoni@bol.com.br

algumas dificuldades para que sejam formulados programas originais neste âmbito. Acredita-se que isto deva-se a deficiências derivadas da escassez de pessoal qualificado para apoio, ao peso da burocracia, aos tipos de acordos e poder locais, à ausência de articulação microregional. Estas dificuldades, aliás, não são exclusivas do setor rural: órgãos e comissões de educação, extensão e saúde padecem do mesmo problema.

As organizações locais da sociedade civil - sindicatos, ongs, associações comunitárias e microrregionais - costumam driblar relativamente bem essas dificuldades. Graças às suas estruturas organizativas bem enxutas, aos vínculos mais orgânicos e perenes com as bases, à capacidade de articular-se em rede e suplantar limites geopolíticos institucionalizados, estas organizações conseguem formular e viabilizar propostas de desenvolvimento, conservação de recursos ou melhoria do bem-estar que negociam com o setor público e a sociedade. Assim, constroem acordos territoriais viáveis, que apresentam o mérito de serem iniciativas locais, propostas e controladas por grupos organizados da própria região, que dominam os códigos próprios da cultura daqueles grupos e ultrapassam os limites do varejo político.

Levar esta capacidade de formulação em conta tem sido uma recomendação dos planejadores e pesquisadores do desenvolvimento: as políticas localizadas, participadas e potencializadas pelas próprias comunidades beneficiárias apresentam-se como alternativas mais baratas, democráticas, ambientais e socialmente justas. Esta postura tem sido assumida por pesquisadores e organizações representativas dos agricultores, e ela tem possibilitado criar experiências que fundamentam um novo modelo de desenvolvimento municipal, agrário e agrícola, baseado nas características locais, que articula forças e a partir delas estabelece alianças locais e gerais para potencializar-se.

Mas ainda existe uma parte da extensão rural - da mesma maneira que alguns autores de sociologia e economia rurais - que costuma negar a capacidade das populações empobrecidas e marginalizadas construir alternativas para seus próprios problemas. Acredita-se que soluções devem ser construídas a partir de fora, organizando saber técnico, capacidade gerencial e recursos materiais para alavancar processos de desenvolvimento

local. Frente a este costume, é comum indagar sobre e aos projetos locais quem os concebeu, quem os financia, quem os organiza, de onde veio o aporte teórico que os fundamenta.

Na última década, na sociedade rural e urbana do Brasil, começaram a emergir propostas de ações locais mediadas e sustentadas por iniciativas das próprias comunidades. Vinculadas a redes nacionais ou mundiais de interesses comuns, articuladas capilarmente às demandas locais, sustentadas por combinações múltiplas de fontes de recursos financeiros, animadas pelo fôlego da militância de seus quadros, estas organizações conseguem destacados resultados qualitativos e quantitativos, muitas vezes ocultos sob o acanhado rótulo de experiência local não replicável.

Os lavradores do alto Jequitinhonha e suas organizações são exemplos neste aspecto: vinculados ao ambiente, com capacidade de articulação local expressa em associações, sindicatos e ongs relacionadas aos seus costumes e propósitos, contando com mediadores qualificados oriundos do seu próprio meio, podem permitir-se deixar de ser considerada apenas população carente e deprimida e tentar construir uma inserção mais cidadã no país. As vinculações dos agricultores ao meio e o conhecimento dos seus recursos realça sua capacidade de autosustentação, uma característica essencial para se pensar agricultura contemporaneamente. A organização histórica enraizada nas comunidades de origem e manifesta nas instituições de diálogo e mediação - principalmente sindicatos e ongs - valoriza as características produtivas locais, associa produção à marca cultural própria e dá as bases para o empoderamento e alavancagem de projetos regionais autônomos. O vínculo ao meio e à agricultura familiar permitem fortalecer a construção de marcas, produtos diferenciados e nichos específicos de mercado, como já ocorre com o artesanato e a aguardente local.

II. Objetivo e método

O objetivo deste artigo é analisar origem e trajetória de uma experiência em agricultura alternativa e comercialização numa região brasileira; destaca os vínculos da organização estudada com a sociedade local e as redes de integração e solidariedade que conseguiu construir.

O artigo resulta de um ano de estudos e acompanhamento de uma experiência local, no Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, de Turmalina, vale do rio Jequitinhonha, Brasil. Compreendido no vasto - e, às vezes, impreciso - rótulo de movimento de agricultura alternativa, o CAV implantou uma proposta fecunda e diversificada que combina ação sindical, reivindicatória, organizativa e produtiva numa região que é considerada das mais problemáticas do meio rural brasileiro, em decorrência da inconstância das chuvas, ao declínio de fertilidade e produção de alimentos, marcada por movimentos migratórios definitivos e sazonais.

Para realizá-lo, os autores entrevistaram fundadores, integrantes e apoiadores da experiência do CAV, participaram de atividades de campo e planejamento que envolviam a equipe técnica e diretores, tendo como propósito vivenciar para compreender métodos, instâncias decisórias, resultados e perspectivas deste movimento alternativo que anima aqueles agricultores. Os autores agradecem à equipe do CAV e aos agricultores pesquisados pela disposição em ensinar; agradecem à paciência dos pesquisados para lidar com as ignorâncias acadêmicas.

III. O cenário da experiência

Desde meados dos anos 1990 tornou-se quase um consenso que ocorrera grande evolução de produção e produtividade na agricultura brasileira, embora arcando com custos sociais e ambientais elevados e com discutível capacidade de sustentação continuada a longo prazo. A expansão agrícola baseada no tripé veneno-adubo-trator por um lado reproduziu os níveis de concentração de renda e exclusão típicos do setor urbano industrial; por outro apresentou efeitos ambientais muito agressivos, acentuando a dependência da agricultura aos recursos externos, promovendo desperdício de recursos naturais, desagregando formas tradicionais de exploração da terra (Martine e Garcia, 1987; Shiki, 2000).

Foi a partir dessa reflexão que organizou-se a crítica à industrialização da agricultura e, paralela e alternativamente, possibilitou vir à luz uma valorização dos sistemas de produção criados e praticados pelas populações tradicionais. É importante frisar que não ocorreu uma tomada de consciência

espontânea de pesquisadores e agências. Antes, foi um processo de sucessivas campanhas, propostas pelos movimentos sociais rurais, que ganharam vigor nos anos finais do governo militar e nos anos iniciais de redemocratização, coordenados principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, e pela Comissão Pastoral da Terra, CPT, órgão da igreja católica. Desde meados dos anos 1970 estas organizações colocavam em campanhas nacionais, sensibilizações e mobilizações, a necessidade de refletir sobre os aspectos sociais e culturais que estavam holisticamente associados à produção. Reclamavam o direito à participação de camponeses na formulação de políticas de desenvolvimento, não apenas porque isto permitiria democratizar esses processos, mas também porque, dado o arraigado conhecimento local, seria possível formular políticas mais ajustadas aos sistemas produtivos, às demandas sociais, ao meio e aos recursos disponíveis (CPT, 1983; CPT, 1990; Martins e Perani, 1992; Contag, 1999a; 1999b).

Foi no encontro dos movimento sociais e da crítica acadêmica que alguns conceitos tornaram-se paradigmáticos na concepção e formulação de políticas de desenvolvimento rural: a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, a participação dos produtores como sujeitos do desenvolvimento, a valorização do conhecimento local como pré-condição para execução de políticas justas e pouco dispendiosas. Nesse contexto as populações rurais e tradicionais ganham um inusitado relevo: tornaram-se portadoras de uma compreensão e afinidade territoriais que planejadores não conseguem apreender, são capazes de criar normas exequíveis de gestão social dos recursos, têm condições de negociar com desenvoltura instrumentos e recursos necessários ao desenvolvimento local. As políticas públicas produzidas a partir da segunda metade dos anos 1990 levam em conta estas circunstâncias e possibilidades (Carneiro, 1997; Jara, 1999; Veiga, 2001).

Embora seja admitida a necessidade dos lavradores tornarem-se agentes do seu desenvolvimento e as políticas sejam formuladas com este propósito, o mercado tem sido apresentado como o destino maior, o desaguadouro das políticas estruturadas para essas populações. Mas, também, o mercado tem se revelado enormemente restritivo para a

viabilização de experiências bem sucedidas. Problemas como qualidade do produto, insuficiência de capital, dificuldades para alcançar escala econômica na cooperação, logística de distribuição, padronização, etc, tem se manifestado de forma recorrente nas experiências camponesas de conquista de mercado. Mesmo quando se concebem oportunidades alternativas - experiências que tem sido denominadas de economia solidária ou economia popular solidária, onde a força do mercado deve ser subordinada à coesão do grupo - os resultados têm sido modestos. Por isto é necessário pensar, além dessas, outras políticas que venham a compreender essas populações e permitir sua reprodução (Ribeiro, 1993; Camp, 2002).

IV. Alto Jequitinhonha: população e agricultura

No alto Jequitinhonha, encontram-se grandes planaltos, as *chapadas*, que são entremeadas por vales profundos e estreitos, as *grotas*. Naquelas, a terra pouco fértil e a vegetação rasteira ou arbustiva limitaram as possibilidades de fazer agricultura. As grotas, pelo contrário, embora ocupem área menor no conjunto da região, são caracterizadas pela elevada fertilidade natural – as terras de *cultura* –, abundância de água e vegetação de floresta, denominada localmente *capões* de mata (Cemig, 1993; Galizoni, 2000; Reis, 2000).

O povoamento do alto Jequitinhonha concentrou-se nas áreas de grotas, onde os pequenos produtores podiam fazer lavouras de mantimentos utilizando-se da abundância de recursos naturais: água, áreas para coleta, adensamentos florestais que permitiam derrubadas, cultivos e pousios. Essas terras de grotas foram usufruídas e vem sendo partilhadas entre lavradores desde começos do século XVIII; cada grotas, com seus recursos, nascentes de águas e chapadas circundantes abriga uma rede familiar de domínio da terra e uma história compartilhada entre determinado grupo de parentesco, denominado comunidade rural, que geralmente é conhecida pelo mesmo nome do córrego que a irriga ou pelo sobrenome da família majoritária (Ribeiro, 1996; Santos, 1997; Galizoni, 2000; Freire, 2001).

O processamento de produtos da natureza e da agricultura é uma atividade essencial no tempo das secas nessas comunidades. Depois de

quatro a cinco meses de chuva, feitas as lavouras, as famílias de agricultores enfrentam a longa estação de estio ocupando-a com a migração sazonal de uma parte da população jovem e com processamento, beneficiamento ou industrialização doméstica de produtos. Destacam-se entre estes o artesanato em argila, atividade majoritariamente feminina e comunitária; a transformação familiar da cana-de-açúcar em rapadura, cachaça e açúcar; as coletas de flores de sempre-vivas, cocos, frutos da seca, produção de derivados da mandioca e outros.³

No começo do século XXI são frequentes os comentários sobre carência e pobreza do Nordeste de Minas Gerais - vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri. Mas, no século XVIII, o alto Jequitinhonha era uma das regiões mais opulentas em recursos minerais do mundo; minas de diamante e ouro fizeram sua fama, registradas nas crônicas de Diamantina, Serro e Grão Mogol, veiculada numa rica história oral que remete a um passado de abundância.⁴ No começo do século XIX os viajantes estrangeiros - de Pohl a Saint-Hilaire, Avé-Lallemant a Wied, Spix e Martius⁵ - passavam pela região para conhecer as riquezas, minerais e índios selvagens.

Os estudos e artigos produzidos na segunda metade do século XX apresentam o mesmo Nordeste de Minas Gerais sob outra perspectiva, identificando-o com pobreza, estagnação, migração. Esta mudança de enfoque deve-se, fundamentalmente a dois fatores: um, de ordem econômica mais geral, vinculado à integração das regiões econômicas; outro, mais local, associa-se aos processos técnicos e culturais regionais.

O processo de integração econômica dos mercados nacionais, ocorrido nos anos 1950/70, absorveu e diluiu as especificidades regionais: passou a mensurá-las por um padrão único, geral e nacional. Desde então as diversas economias regionais, que até aí eram quase ilhas de economia autárquica, passaram a competir em termos de eficiência, custos, produtividade e

³ A respeito de atividades sazonais de lavradores consultar Cemig (1993); sobre transformação doméstica de produtos ver Oliveira (2000).

⁴ Sobre história do Nordeste mineiro consultar os estudos de Santos (1976) e Salles (1993); sobre história oral regional ver Pereira (1996).

⁵ Saint-Hilaire (1975); Avé-Lallemant (1980); Pohl (1976); Spix e Martius (1938); Wied (1989).

rentabilidade. Na medida que os diversos mercados locais integravam-se num mercado nacional único, as economias autárquicas sentiam a competição daquelas regiões que beneficiavam-se de economias de localização e escala. Dai, nichos industriais e áreas agrícolas prósperas - porque isoladas e dominando um mercado local cativo - desapareceram como tal. Simultaneamente, a unificação do mercado nacional instaurou a possibilidade de comparação, do Jequitinhonha com o Norte de Paraná, São Paulo e Sul de Goiás; as regiões passaram a ser avaliados por parâmetros obrigatoriamente comuns e quantitativos, o local subordinou-se ao nacional, hierarquizou-se, e resultou num Jequitinhonha pobre, relativamente.⁶

O outro aspecto, igualmente importante, que explica o empobrecimento do Jequitinhonha é a combinação de técnicas agrícolas, uso de recursos naturais e relações de apropriação fundiária consolidadas na região. Foram empregados sistemas de produção exigentes em recursos naturais, mas ao mesmo tempo demandantes de uso delicado e de limitadas possibilidades de expansão da produção; a incorporação de tecnologia química, mecânica e biológica - que garantiram a abundância e os problemas das áreas planas do cerrado - era impossibilitada pela topografia, relações sociais e culturais de apropriação da terra. Cristalizou-se, então, um economia local pouco diversificada, especializada na produção de alimentos básicos de pouca competitividade, dependente do meio, permanecendo autárquica e impossibilitada para agregar valor à produção. Assim, quando o estoque regional de recursos naturais começou a se reduzir, as lavoura de mantimentos, pecuária de corte e extração mineral e vegetal não representaram alternativas econômicas sustentáveis, e a sobrevivência da população teve que ser resolvida com a migração de "excedentes" populacionais (Amaral, 1988; Ribeiro e Galizoni, 2000).

Neste cenário de pobreza relativa - pouca diversificação, baixa renda, fortes migrações rural/urbano e sazonais, com quase ausência de produção mercantil -, a partir dos anos 1970 o Estado começou a propor medidas corretivas, tanto desenvolvimentistas quanto assistenciais para a região,

⁶ Sobre regiões mineiras e integração de mercados consultar Dulci (1999) e Diniz (1981); sobre a relatividade da pobreza ver Sahlins (1978); para uma discussão sobre a construção da idéia de pobreza do Jequitinhonha ver Amaral (1988).

dentro de um conjunto de políticas de planejamento regional. Foi instituída uma agência regional de fomento, Codevale, cuja ação nunca deslanchou; na segunda metade dos anos 1970 foram alocados créditos para plantio de eucaliptos em larga escala, o que acarretou um complexo processo de tomada de terras de comunidades, expropriando lavradores de grande parte de seus campos de extração e pastoreio nas chapadas. Posteriormente os eucaliptais foram responsabilizados pelos danos ambientais, como a redução das águas e acentuação do pastoreio nas áreas de grotas. Monopolizadas por grandes empresas, quase todas do Sudeste, as terras das áreas planas de chapadas converteram-se em desertos verdes, pois após três décadas de plantados há mínimo uso econômico dos eucaliptais para madeira ou carvão. No correr dos anos foram tomadas outras medidas para estimular o desenvolvimento regional - projetos de crédito rural subsidiado, incentivos à fruticultura, alcoleiros e hidrelétricos - cujos resultados têm sido modestos ou nulos. Mas os impactos ambientais e sociais, principalmente do reflorestamento de eucalipto, pecuária extensiva e barragens, tem agudizado os problemas locais.⁷

Então, conclui-se que os problemas de desenvolvimento do alto Jequitinhonha devem-se aos problemas ambientais, a desacertos de intervenções assistencialistas e concentracionistas de políticas públicas e, fundamentalmente, à dificuldade para a agricultura local produzir excedente estável, diferenciado, acessando mercados e agregando valor. Isto permitiria aos agricultores elevarem seus próprios ingressos monetários e propiciaria a criação de um círculo virtuoso de transações: produção sustentável agroextrativista mercantilizada, renda aumentada, melhoria de condições de vida e mais investimentos.

É nesta direção que organizações locais do alto Jequitinhonha vêm, desde meados dos anos 1980, empreendendo esforços. A princípio tais organizações - religiosas, sindicais e não governamentais - subordinavam todas as iniciativas à grandeza dos problemas sociais rurais; mas, aos poucos, pela própria força das evidências e demandas, os temas ambientais e produtivos foram acumulando discussões e adquirindo consistência.

⁷ Furtado (1985); Silva (1988); Freire (2001).

A agricultura familiar do alto Jequitinhonha construiu redes de organização, participação, representação e reprodução de conhecimentos que, gradativamente, passaram a enfrentar estes problemas. A primeira destas instâncias, que agrega toda a gama de funções listadas acima, é a comunidade. Comunidades, com o tempo, criaram seus canais de articulação extra-vizinhança, principalmente depois dos anos 1970, quando a ação de Igreja Católica estimulava a constituição de Comunidades Eclesiais de Base, CEBs. Dai vieram novos canais de participação para estas comunidades: Associações, Comissões e, principalmente, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que cumprem múltiplas tarefas, tanto na organização quanto na representação de lavradores. Embora na concepção tais sindicatos justifiquem sua existência pela condução de lutas e reivindicações de assalariados, no alto Jequitinhonha eles são organizações de e para agricultores familiares, que os representam e animam na defesa de seus interesses. Em muitos dos municípios, os sindicatos resultaram da luta de pequenos produtores por terra; conquistada esta, foram assumindo e distribuindo tarefas cada vez mais complexas.⁸

As comunidades rurais, geralmente lideradas por seus Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foram desenvolvendo programas de participação política e ações ambientais: construção de pequenas barragens, preservação de nascentes, viveiros de espécies nativas, conservação do solo. Nestas atividades têm procurado parcerias ou construído seus instrumentos de ação, e assim elaboram projetos viabilizadores dessas ações, conquistam assistência técnica e buscam influir em políticas formuladas pelo estado e municípios. A maturidade das propostas de mobilização sindical e ambiental surgiu, entre outros municípios, em Turmalina, no alto Jequitinhonha.⁹

V. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica¹⁰

⁸ Sobre comunidades do Jequitinhonha ver Amaral (1988), Alves e outros (1993) e Galizoni (2000), sobre comunidades de base Frei Betto (1981).

⁹ Sobre o STR de Turmalina ver Alves e outros (1993).

¹⁰ Esta sessão sobre o histórico do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, e a seguinte sobre sua metodologia de trabalho foram parcialmente publicados em Ribeiro e outros (2000).

Nesta trajetória de maturação de propostas de mobilização sindical e ambiental surgiu, entre outros municípios, em Turmalina, no alto Jequitinhonha. Nos anos 1970 a luta dos posseiros de Mato Grande e São Miguel - comunidades ameaçadas de perda de terra - levou à constituição do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), sob a liderança do histórico líder camponês e ambientalista Vicente Nica (Alves e outros, 1993). Reunindo posseiros e agricultores familiares, representando-os, o STR de Turmalina passou, nos anos 1990, a intervir cada vez mais ousadamente no aspecto produtivo da agricultura familiar do vale do Jequitinhonha. Buscava formas de melhorar as condições de sobrevivência das famílias lavradores, que respeitassem o ambiente, elevasse renda, propiciasse dignas condições de vida dos lavradores e, ao mesmo tempo, alavancassem o desenvolvimento local. Foi com estes propósitos que o STR chegou à constituição do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, o CAV.

O CAV é uma organização não governamental, construída e animada por agricultores familiares, dedicada a encontrar sistemas produtivos sustentáveis, baratos e replicáveis. Derivado do STR, o CAV atua em sintonia com o movimento sindical dos trabalhadores rurais da região; sua equipe fixa é composta por 5 técnicos. Seu principal método de ação é o chamado sistema agroflorestal (SAF), que consiste em usar os recursos da própria vegetação nativa para recompor a fertilidade dos solos e viabilizar a produção de alimentos; assim, mantimentos e frutas são plantados em consórcio com espécies nativas, ocasionando farta produção de matéria orgânica, completa cobertura do solo e produção de alimentos. Utilizando plantas rústicas como pioneiras no plantio - como abacaxi, capins napier e camerum, andu - o sistema procura inicialmente cobrir o solo, garantindo umidade, depositando matéria orgânica, para que o lavrador vá gradativamente introduzindo cultivos de alimentos, que vão frutificar em regime de convivência, sombreados e acompanhados pelo conjunto de plantas que cobrem totalmente o solo. Observando o sistema em produção parece uma capoeira, uma formação arbustiva vegetando, que é periodicamente podada para ampliar ou viabilizar a prosperidade das plantas produtoras de alimentos. Este sistema não tem como meta a produtividade máxima e um único produto, mas sim a produção sadia e

sustentável de um conjunto de alimentos e matérias-primas num meio que conserva e recompõe vegetação nativa.

Como metodologia de difusão o CAV usa o recurso dos denominados *monitores*, 21 famílias de agricultores que mantêm nas suas áreas próprias, em suas comunidades, unidades de demonstração de sistemas agroflorestais, abertas à visitação e acompanhamento de todos os lavradores e lavradoras do local.

Paralelamente o CAV desenvolve, juntamente com o STR, atividades educativas nas relações de g nero, intercambia conhecimentos com a Escola Família Agroindustrial de Turmalina, promove cursos para agricultores e privilegia, com a dedicação de dois dos seus técnicos, o aspecto comercialização, compreendendo ser este um setor vital de estrangulamento da agricultura do alto Jequitinhonha. Procura, neste último campo, desenvolver produtos - como frutas desidratadas, licores e aguardente - que combinem a marca do *natural*, com a denominação de origem do *Vale do Jequitinhonha*, com a condição de produção, produto da *agricultura familiar*.

V. A metodologia do trabalho e aprendizado

Analisando as ações desenvolvidas pelo CAV, entrevistando sua equipe técnica, dirigentes, agricultores monitores e público beneficiado, nota-se que esta é uma experiência local rica e criativa. A organização firmou-se em 5 anos, envolveu várias comunidades rurais num acirrado debate sobre conservação ambiental, tornou água, matas ciliares, educação de jovens rurais, conservação do solo, comercialização de produtos dos lavradores, temas dos mais caros aos agricultores e moradores do município. Para entender os resultados integrais desta experiência, no entanto, é preciso considerar alguns aspectos de local e de método que explicam, afinal, seu contorno e características. Nos parágrafos seguintes, e conclusivos, serão analisados alguns destes aspectos: a trajetória da organização local; a similaridade entre técnica de lavoura e sistemas agroflorestais; o método de organização e a flexibilidade do planejamento, que, acreditam os autores, contribuem para o sucesso desta experiência.

1. A organização local.

Agricultores das áreas de *grotas* do alto Jequitinhonha construíram nas suas comunidades formas organizativas muito sólidas. Embora tal organização raramente seja percebida e admitida, pois é marcada pela informalidade, é ela que consolida a noção de pertencimento, de localidade, destes lavradores. Tal organização associa as noções de família, espaço, descendência e trajetória; assim, naquele espaço e ambiente os grupos de lavradores sentem-se à vontade para refletir, planejar, agir e criticar. É a partir destas comunidades que os lavradores constroem suas organizações, seus canais de representação e mecanismos de participação; o Sindicato explica-se como mediador entre comunidades, articulador de interesses diferentes e demandas específicas, e legitima-se mais por ser uma representação de conjunto de comunidades que por expressar uma categoria de trabalhadores. Na medida que comunidades expressam sentimentos de localidade, são, também, o melhor alicerce para a organização de lavradores. Nelas, acentuadas suas características, os lavradores se manifestam; compreendendo-as a organização mediadora se sedimenta.

No caso de Turmalina estas comunidades construíram o Sindicato, e por meio dele o CAV. Assim, a organização não governamental emergiu marcada pelas demandas, mas também pela intromissão dos interesses de base. Isto exigiu - e exige, constantemente - que o seu perfil e programas passem pelo crivo dos lavradores, pois é deles que emanam ações de trabalho quase diretas. A pauta de trabalhos da ONG é marcada por este diálogo permanente com grupos organizados de lavradores, que cobram atitudes e percebem, afinal, aquela como uma experiência sua.

2. Técnica de lavoura e sistemas agroflorestais

Os sistemas de exploração agroflorestais (SAF), combinação entre o aspecto *selvagem* da floresta e o aspecto *domesticado* da lavoura, fundamentam-se na certeza que a recomposição natural de fertilidade, via matéria orgânica, pode ocorrer mais rapidamente que seu consumo na produção de alimentos; mais que isso, a teorização dos SAFs crê na possibilidade que extrativismo e produção de alimentos podem ser

indistinguíveis. Assim, a ação humana nos SAFs visa potencializar aquilo que a natureza espontaneamente proveria: desbaste de ramos, sacrifício de plantas em estado terminal, abertura de espaço de vegetação para plantas que servem como alimento ou matéria-prima. Este caráter espontâneo dos SAFs, sua lentidão na produção de alimentos, a baixa produtividade e a enorme diversidade de produção que o marca são obstáculos para aceitação em larga escala, pois lavradores teriam que renunciar à produção imediata em favor de uma produção - é certo: sustentável - de longo prazo.

Mas, no alto Jequitinhonha, compreendido como complemento dos sistemas de produção por pousio, o método agrícola de sistema agroflorestal é percebido pelos lavradores como aperfeiçoamento das *lavouras de coivara*, seu sistema costumeiro. Como esta, exige um apurado conhecimento da terra e das plantas; como esta, entrega à natureza o trabalho de reconstruir a fertilidade; e, também como esta, demanda longos cálculos sobre produção possível e futura para garantir o abastecimento presente. Por esta razão as críticas e resistências aos SAFs não são radicalmente manifestos, pois as diferenças fundamentais entre os métodos de cultivo estariam mais no grau e periodicidade da intervenção do lavrador que, propriamente, na concepção geral dos sistemas. Usando com uma certa liberdade os conceitos classicamente caros à extensão rural, pode-se afirmar que a recorrente *tradicionalidade* dos sistemas agrícolas nativos é, numa aparente contradição, a matriz da inovação agrícola.

3. A organização capilar

Embora seja uma proposta inovadora, o SAF foi proposto pelo CAV com uma novidade: a responsabilidade de conceber e gerenciar áreas demonstrativas foi entregue, em grande parte, aos próprios lavradores associados. No início dos seus trabalhos o CAV articulou sócios, interessados em vivenciar mais profundamente o SAF, e depois de capacitá-los na teoria do sistema, repartiu com eles a incumbência de montar, na sua própria comunidade e em áreas próximas às suas lavouras de mantimento, glebas dedicadas a experimentação e demonstração da eficácia da agrofloresta. Isto ocorreu em 21 glebas disseminadas em todo o município.

Esta medida apresentou um triplo resultado positivo. Primeiro, transpôs para dentro da comunidade uma discussão sobre a viabilidade ou não do sistema agroflorestal, entregando aos lavradores *monitores* o papel de estimuladores deste debate. Segundo, permitiu que os monitores, na medida que tornavam-se responsáveis pela experimentação do sistema na sua comunidade, tomassem a liberdade de realizar adaptações, introduzir mudanças e propor novas questões por conta própria. Terceiro, criou para a ONG um canal permanente de crítica participante, uma vez que os monitores assumiram solidariamente o destino da proposta.

Esta metodologia de trabalho, parte constitutiva da dinâmica do CAV, responde por sua capilaridade e torna obrigatória nas preocupações cotidianas da ONG temas como família, trabalho, jovens, gênero, saúde. Tais assuntos tornam-se também temas do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da mediação no município. Assim, o método resulta numa constante atualização temática e organizativa nesta área de atuação.

4. A flexibilização do planejamento

Com uma participação aberta a seus sócios e canais de ventilação permanente de novas demandas vindas da base, o CAV terminou por adotar um planejamento e sistemática de ação marcada pela flexibilidade. Procura combinar a constância das atividades permanentes - manutenção de área demonstrativa, acompanhamento aos agricultores monitores - com a incerteza das atividades necessárias: capacitação de técnicos e monitores, montagem de novos programas e frentes de trabalho, incorporação ou requalificação de novas demandas ao campo de trabalho em andamento.

Assim o Cav busca combinar temas estruturais, que associam-se a seu objetivo maior de construir uma alternativa de produção sustentável para os lavradores do alto Jequitinhonha, com o varejo da conjuntura. Isto o obriga a refletir sobre o momento e as conveniências, e a pautar sua ação por aquilo que entende ser uma alternativa que se incorpora às demais centenas de experiências de lavradores de todo o mundo, mas, também, dada sua forma capilar de organização, nunca perde o rumo que o norteia, que é a participação organizada e criativa de agricultores, agricultores e comunidades.

VI. Bibliografia citada

- ABRAMOVAY, R. "*Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural*". IN CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís, 1999.
- ALMEIDA, A.W.B. de. "*Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito*." IN HEBETTE, J. e CASTRO, E. (orgs) *Na trilha dos grandes projetos*. Belém, NAEA/UFGA, 1989.
- ALVES, M.A., MOURA, M.M.. *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração*. Rio de Janeiro, AJUP, 1993.
- AMARAL, L. "*Do Jequitinhonha aos canaviais*." Belo Horizonte, Dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, 1988.
- ARANTES NETO, A.A. "*A Sagrada Família; uma análise estrutural do compadrio*." UNICAMP, Cadernos IFCH número 5, 1975.
- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. BH/Itatiaia, SP/EDUSP, 1980
- BARBOSA, M.W. "*Redescobrimos a família rural*." Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 1, volume 1, junho 1986.
- BELIK, W. "*Pronaf: avaliação da operacionalização do programa*." Campinas, IE/Unicamp, mimeografado, 1999.
- BLOCH, M. *La história rural francesa*. Barcelona, Editorial Crítica, 1978.
- BLOCH, M. *A terra e seus homens*. Bauru, EDUSC, 2001.
- BRANDÃO, C.R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- BRUSCHINI, M.C. "*Uma abordagem sociológica da família*." Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas. V.6, n.1 jan.jul 1989.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. R.J., José Olímpio, 1957
- CAMP/ Centro de Assessoria Multiprofissional. *Economia popular solidária*. Porto Alegre, CAMP, 2002.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 3a. edição. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- CARNEIRO, M.J. "*Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*." Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997.
- CASAL, A. de *Corografia brasílica*. São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1976.
- CASTALDI, C. "*A aparição do Demônio no Catulé*". IN PEREIRA DE QUEIRÓZ, M.I. (org.). *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo, Editora Anhembi Limitada, 1957.
- CASTRO, E. "*Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*." IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFGA/NAEA, 1997.
- CAVALCANTI, C (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CERVEIRA, R. e CASTRO, M.C. *"Consumidores de produtos orgânicos: características de um padrão de consumo."* São Paulo, Informações Econômicas, 29(12), dezembro 1999.

CEMIG. *"EIA-RIMA da UHE de Irapé"*. Belo Horizonte, mimeog., 1993.

CHAYANOV, A. *La organizacion de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina : de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 1994.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *Desenvolvimento rural sustentável*. Anais do I Fórum Contag de Cooperação Técnica, Brasília, 1999a.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís, 1999b.

COLCHESTER, M. *"Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas"*. IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.

CPT/Comissão Pastoral da Terra. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes, 1983.

CPT/Comissão Pastoral da Terra. *Compromisso eclesial e político da Comissão Pastoral da Terra*. Cadernos de estudos CPT número 2. São Paulo, Loyola, 1990.

DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura brasileira*. São Paulo/Campinas, Ícone/Edunicamp, 1985.

DIEGUES, A.C. *"Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais."* IN _____ *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996.

DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.

DINIZ, C.C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

DULCI, O.S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

DURHAM, E.R. *"A família e a mulher."* SP, Cadernos CERU, número 18, 1ª série, maio de 1983.

FEATHERSTONE, M. *"Localismo, globalismo e identidade cultural."* Brasília, Sociedade e Estado, Revista semestral de sociologia. XI (1), jan/jun 1996.

FERREIRA, G. *Os bandeirantes modernos*. Teófilo Otoni, 1934.

FERRI, M.G. *A vegetação dos cerrados brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1973.

FREIRE, A.G. *"Águas do Jequitinhonha."* Lavras. Dissertação (mestrado), Lavras, PPGA/UFLA, 2001.

FREI BETTO. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FURTADO, D.B. *"Posseiros e despossuídos."* Belo Horizonte, Dissertação (mestrado) FAE/UFMG, 1985.

GALIZONI, F.M. *"A terra construída"*. São Paulo. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP, 2000.

GOMÉZ-POMPA, A. e KAUS, A. *"Domesticando o mito da natureza selvagem."* IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.

GOZA, F.W. e RIOS NETTO, E.L. *"O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do vale do Jequitinhonha."* Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, PE, outubro 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, IE/Unicamp, 1996.

HOGAN, D.J. *"Mobilidade populacional e meio ambiente"* Anais / Encontro Nacional Sobre Migração. Curitiba, IPARDES/FNUAP, 1998.

HOBBSAWM, E.J. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

JARA, C. *"Capital social e desenvolvimento local sustentável."* IN CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís, 1999.

KAGEYAMA, A. (coord) *"O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais."* IN DELGADO, G. (org) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, 1990.

LANNA, A.L.D. *A transformação do trabalho*. Campinas, Edunicamp, 1989.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEVI-STRAUS, C. *"A família"*. IFCH/UNICAMP, mimeografado, s.d., 26 p.

LIMA, D. de M. *"Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia."* IN CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.

LUXERAU, A. *"Usos, representações e evolução da biodiversidade entre os Haússas do Níger"*. IN CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.

MARTINE, G. *"População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional"* IN _____. (org) *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2a. edição. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

MARTINE, G. e GARCIA, R.C. (orgs) *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987.

MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, J.S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Hucitec, 1989.

MARTINS, J. de S. e PERANI, C. *Sonhos e desejos dos lavradores*. Cadernos de estudos CPT, número 2. São Paulo, Loyola, 1992.

MEDEIROS SILVA, N. de. *"Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais"*. IN NABUCO, M.R. (org) *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais uma perspectiva regional*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990.

MORAN, E. *Adaptabilidade humana*. São Paulo, Edusp, 1994.

MOURA, M.M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

O'DWYER, E.C. *Terra de quilombo*. Rio de Janeiro, ABA, 1995.

OLIVEIRA, E.R. de "A marvada pinga: trajetória histórica da produção de aguardente em Salinas, MG" Lavras, Dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2000.

PAULA, J.A. (coord.) *Biodiversidade, população e economia*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 1997.

PEREIRA, L. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.

PEREIRA, V.L.F. *O artesão da memória no vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Editora PUC/Minas, 1996.

PINTON, F. e AUBERTIN, C. "O extrativismo entre conservação e desenvolvimento." IN CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.

POHL, J.E. *Viagem no interior do Brasil*. BH/Itatiaia; São Paulo/ EDUSP, 1976.

POSEY, D.A. "Introdução - Etnobiologia: teoria e prática" IN RIBEIRO, B. (org) *Suma etnológica brasileira*. Volume 1. Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987a.

POSEY, D.A. "Manejo de florestas secundárias" IN RIBEIRO, B. *Suma Etnológica Brasileira*. Volume 1. Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987b.

RIBEIRO, E.M. "As invenções de migrantes." *TRAVESSIA, Revista do Migrante*. São Paulo, VI(17), set/dez 1993.

RIBEIRO, E.M. *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem, CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, E.M. "Agricultura familiar e sustentabilidade no vale do Jequitinhonha: a proposta do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica." Rio de Janeiro. Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, 2000.

RIBEIRO, E.M. "Lavouras, sistemas produtivos e agricultura familiar: uma teoria da roça de coivara." Belém. Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001.

RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. "Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais". IN GAMA, H. e COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo, SENAC, 2000.

RIBEIRO, A.E.M., MOURA FILHO, J.A., SIMÃO, A.A., REIS, K.G.N. "Migrações, treinamento de mão-de-obra e mercado de trabalho: o caso do Nordeste de Minas Gerais nos anos 1960/1990." Relatório de pesquisa apresentado à Fapemig. Lavras, UFLA, setembro de 2001.

ROMEIRO, A.R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 1998.

SALLES, J. de. *Se não me falha a memória*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1993

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1975.

SAHLINS, M. "A primeira sociedade de afluência." IN CARVALHO, E.A. (org.) *Antropologia Econômica*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1978.

SANTOS, C.E.S. "Agricultura familiar e marketing" Lavras, Dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 1999.

SANTOS, G.R. dos (org). *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas Gerais; considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SANTOS, J. F. dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. BH: Itatiaia; SP:EDUSP, 1976

SAWYER, D. "População e meio ambiente na Amazônia brasileira." IN MARTINE, G. (org) *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2a. edição. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

SIGAUT, F. *L'agriculture et le feu; rôle et place du feu dans les techniques de préparation du champ de l'ancienne agriculture européenne*. Paris, Mouton, 1975.

SILVA, M. A. M. "Quando as adorinhas são forçadas a voar" SP, CEM, 1988.

SHIKI, S. *O futuro do cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro. FASE, Série Cadernos Temáticos, número 2, 2000.

SOARES, L.E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SPIX, J.B. e MARTIUS, CFP von. *Viagem pelo Brasil*. RJ, Imprensa Nacional, 1938.

TURNER, F. "O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens". Rio de Janeiro, Campus, 1990.

VEIGA, J.E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, MDA, agosto 2001.

WIED, M., Prinz von. *Viagem ao Brasil*. BH, Itatiaia; SP, EDUSP, 1989.

WILKINSON, J. "Cadeias produtivas para a agricultura familiar" Organizações rurais e agroindustriais 27(2), jan/jul 1999.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WOORTMANN, Klaas. "Migração, família e campesinato". Revista Brasileira de Estudos de População. V.7, n.1, jan/jun 1990.

WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília, Editora UnB, 1997